

STJ00115683

GERSON FAUSTINO ROSA

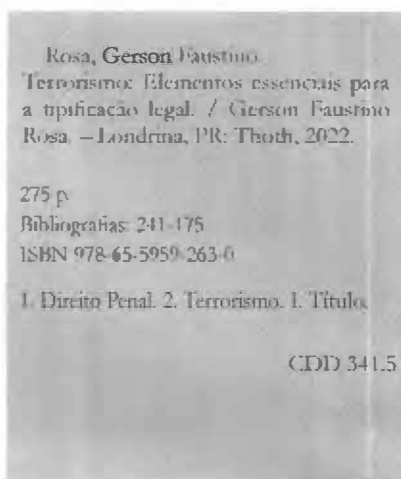
TERRORISMO

ELEMENTOS ESSENCIAIS PARA A TIPIIFICAÇÃO LEGAL

Londrina/PR
2022


THOTH
EDITORA

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)



Diagramação e Capa: Editora Thoth

Revisão: Célia Cristina Batista

Editor chefe: Bruno Fuga

Coordenador de Produção Editorial: Thiago Caversan Antunes

Diretor de Operações de Conteúdo: Arthur Bezerra de Souza Junior

Índices para catálogo sistemático

1. Direito Penal : 341.5

Conselho Editorial (Gestão 2022)

Prof. Me. Anderson de Azevedo • Me. Aniele Pissinati • Prof. Dr. Antônio Pereira Gaio Júnior • Prof. Me. Alberto Shinji Higa • Prof. Dr. Arthur Bezerra de Souza Junior • Prof. Dr. Bruno Augusto Sampaio Fuga • Prof. Dr. Clodomiro José Bannwart Junior • Prof. Me. Daniel Colnago Rodrigues • Prof. Dr. Fábio Ricardo R. Brasilino • Prof. Dr. Flávio Tartuce • Me. Gabriela Amorim Paviani • Prof. Dr. Guilherme Wunsch • Prof. Me. Ivan Martins Tristão • Prof. Me. Júlio Alves Caixêta Júnior • Prof. Esp. Marcelo Pichioli da Silveira • Prof. Dra. Marcia Cristina Xavier de Souza • Esp. Rafaela Ghacham Desiderato • Prof. Dr. Rita de Cássia R. Tarifa Espolador • Prof. Dr. Thiago Caversan Antunes • Prof. Dr. Zulmar Fachin

Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização. A violação dos Direitos Autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98.

Todos os direitos desta edição são reservados pela Editora Thoth. A Editora Thoth não se responsabiliza pelas opiniões emitidas nesta obra por seus autores.

SUMÁRIO

| | |
|------------------------------|----|
| SOBRE O AUTOR..... | 7 |
| APRESENTAÇÃO DA COLEÇÃO..... | 11 |
| COORDENAÇÃO..... | 13 |
| CONSELHO EDITORIAL..... | 15 |
| AGRADECIMENTOS..... | 19 |
| APRESENTAÇÃO..... | 21 |
| PRÓLOGO..... | 25 |

PARTE 1

| | |
|--|----|
| TERRORISMO COMO FENÔMENO SOCIOPOLÍTICO..... | 33 |
| Introdução..... | 33 |
| 1 Iniciação ao tema..... | 35 |
| 1.1 Etimologia e conceito..... | 35 |
| 1.2 Elementos definidores..... | 38 |
| 1.3 Terrorismo, guerra, genocídio, organização criminoso e movimentos sociais..... | 42 |
| 2 Análise histórico-evolutiva das diversas formas de terrorismo..... | 45 |
| 2.1 Século XVIII e terrorismo de Estado..... | 45 |
| 2.2 Século XIX: terrorismo e anarquismo..... | 47 |
| 2.3 Século XX: a era anticolonial e os movimentos nacionalistas, separatistas e revolucionários..... | 49 |
| 2.4 Terrorismo no Século XXI: fanatismo político-religioso e destruição em massa..... | 55 |
| 2.5 Atos de terrorismo no Brasil..... | 59 |
| 3 Movimento internacional de tratamento do terrorismo..... | 63 |
| 3.1 Conferências Internacionais e terrorismo..... | 63 |
| 3.2 Terrorismo e Organização das Nações Unidas..... | 66 |
| 3.3 Convenção Europeia para a Repressão do Terrorismo..... | 73 |
| 3.4 Terrorismo e Organização dos Estados Americanos..... | 75 |

PARTE 2

| | |
|--|-----|
| TERRORISMO E CONSTITUIÇÃO FEDERAL..... | 81 |
| 4 Art. 4.º, VIII da Constituição Federal | 81 |
| 4.1 Repúdio ao terrorismo entre os princípios regentes das relações internacionais da República..... | 81 |
| 5 Art. 5.º, XLIII da Constituição Federal..... | 86 |
| 5.1 Análise material do princípio constitucional penal..... | 86 |
| 5.2 A estrutura lógico-linguística do mandamento constitucional de criminalização..... | 90 |
| 6 Limites para criminalização do terrorismo | 98 |
| 6.1 A hediondez do delito de terrorismo | 98 |
| 6.2 Restrições penais e processuais: insuscetibilidade de anistia, graça e fiança..... | 101 |
| 6.3 Responsabilidade penal diante da omissão: breves considerações à luz do princípio da imputação subjetiva | 104 |

PARTE 3

| | |
|---|-----|
| TRATAMENTO JURÍDICO-PENAL DO TERRORISMO | 107 |
| 7 Evolução histórica da legislação penal..... | 107 |
| 7.1 Síntese das criminalizações: de 1920 a 1983 | 107 |
| 7.2 O art. 20 da Lei n.º 7.170/1983 (Lei de Segurança Nacional) e a ausência de definição legal..... | 113 |
| 7.3 Art. 2.º da Lei n.º 8.072/1990 (Lei dos Crimes Hediondos) | 116 |
| 7.4 Contexto histórico-legislativo de elaboração da Lei n.º 13.260/2016 (Lei Antiterrorismo)..... | 117 |
| 8 Crime de terrorismo | 121 |
| 8.1 Atos de terrorismo (art. 2.º, Lei n.º 13.260/2016) | 121 |
| 8.2 Objetividade jurídica e sujeitos do delito | 122 |
| 8.3 Elementos objetivos do tipo..... | 127 |
| 8.3.1 Usar ou ameaçar usar, transportar, guardar, portar ou trazer consigo explosivos, gases tóxicos, venenos, conteúdos biológicos, químicos e nucleares..... | 127 |
| 8.3.2 Dispositivos vetados..... | 136 |
| 8.3.3 Sabotagem e apoderamento..... | 136 |
| 8.3.4 Atentar contra a vida ou a integridade física de pessoa..... | 143 |
| 8.4 Elementos normativos extrajurídicos: a prática dos atos de terrorismo “por razões de xenofobia, discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia e religião” (art. 2.º, <i>caput</i>)..... | 145 |
| 8.5 Elementos subjetivos do tipo | 150 |
| 8.6 Consumação e tentativa..... | 154 |
| 8.7 Causa de exclusão da tipicidade (art. 2.º, § 2.º) | 157 |

| | |
|--|---------|
| 8.8 Pena, ação penal e competência | 165 |
| 8.9 Terrorismo no Anteprojeto do Código Penal..... | 167 |
| 9 A definição jurídico-penal do terrorismo no Brasil..... | 171 |
| 9.1 Terrorismo e delinquência política: traços distintivos | 171 |
| 9.2 Conceito jurídico-penal de terrorismo | 181 |
| 9.3 Bem jurídico-penal como diretriz e limite infranqueável para criminalização do terrorismo | 189 |
| 9.3.1 Ausência de objetividade jurídica no tipo de terrorismo e dimensão material-constitucional do bem jurídico-penal | 189 |
| 9.3.2 Criminalização do terrorismo: como identificar os objetos de proteção penal? | 194 |
| 9.4 Terrorismo e intervenção penal: limites entre preparação e execução..... | 202 |
| 9.4.1 Antecipação da intervenção penal e ofensividade: lineamentos pelo Direito Penal do fato | 202 |
| 9.4.2 Terrorismo e conceito material de delito: discernindo o perigo de lesão.. | 209 |
| 10 Tipificação dos atos de terrorismo | 212 |
| 10.1 Iniciativas no Direito comparado..... | 212 |
| 10.2 Delineamentos críticos para a tipificação dos atos de terrorismo no Código Penal brasileiro..... | 223 |
| CONCLUSÕES E PROPOSTA DE <i>LEGE FERENDA</i> | 233 |
| REFERÊNCIAS..... | 241 |